

Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo

Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos
Pelotas - 15 a 19 de setembro de 2003




Editora e Gráfica Universitária
UFPEL

2005


Editora da ULBRA

FRONTEIRAS LINGUÍSTICAS, FRONTEIRAS INTELECTUAIS: O TESTEMUNHO DOS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS DA LUSITÂNIA ROMANA

José D'Encarnação¹

Resumo:

Os monumentos epigráficos romanos da Lusitânia, tanto votivos como funerários, documentam – na onomástica e na teonímia – que houve desde cedo uma preocupação de ambas as partes, indígenas e colonos, de abolirem as fronteiras linguísticas e, conseqüentemente, as fronteiras intelectuais. Essa abolição não significou, porém, perda de identidade.

Palavras-chave: Lusitânia romana; Epigrafia; Aculturação.

* * *

A celebração deste Congresso é mais uma prova de que, ao contrário do que, por vezes, as entidades políticas imaginam, a História Antiga está mais viva do que se pensa. E tal afirmação, aparentemente desnecessária, há que fazê-la logo no início dos nossos trabalhos, pois se trata de uma verdade, de uma reivindicação e de uma imprescindibilidade.

Constitui para mim grande honra – que agradeço à Comissão Organizadora e ao Instituto Camões – poder dirigir-lhes a palavra neste contexto. Interpreto-a, se me permitem, como um símbolo: na verdade, foi primeiramente através de Portugal que o Brasil teve contacto com a Antiguidade. Fugida de Portugal devido às Invasões Francesas, a Corte de ambos os países instala-se aqui em pleno período neoclássico. E, assumindo a independência, D. Pedro será chamado de «imperador do Brasil». Gera-se natural afastamento de Portugal, o português torna-se alvo privilegiado das anedotas; mas o hino da Revolução Farroupilha falará de Romanos e de Atenas, o Museu da Quinta da Bela Vista, no Rio, é bem o retrato vivo dessa íntima ligação às origens, independentemente da terra-mãe portuguesa, ligação que a vinda dos refugiados europeus na II Grande Guerra acabará por cimentar, sendo bem patente inclusive na antroponímia: a frequência, no Brasil, de nomes

¹ José Manuel dos Santos Encarnação. Universidade de Coimbra (Portugal). Professor catedrático. Apoio do Instituto Camões.

colhidos nos textos clássicos (Eneias, Aquiles, Ulisses...) é incomparavelmente superior – aliás, nem tem comparação! – ao que se regista em Portugal.

Contudo, após a Revolução do 25 de Abril - «Tanto mar!...»; após a adesão de Portugal à União Europeia, sucedem-se os acordos bilaterais, com altos e baixos sabemos-lo bem, há cada vez mais brasileiros a demandarem as universidades portuguesas, cada vez mais docentes portugueses a orientarem dissertações de doutoramento nesta e noutras áreas da História; e é constante o intercâmbio de docentes, por exemplo da Universidade de Coimbra com a USP, a UFRJ, Belo Horizonte, Campinas...

Saliente-se, depois, a oportunidade do tema deste Congresso: há ou não «fronteiras»? E como foi no passado? Que fenómeno é esse? Depois, «etnicidade» - e recorro à Carta de Pêro Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel I, aquando da descoberta oficial da Terra de Vera Cruz, ao descrever miudamente os costumes, os trajes e as atitudes dos índios com que, pela primeira vez, entravam em contacto... «Etnicidade» fala de «características próprias». Será que estamos em risco de as perder, uma vez que todos vestimos da mesma forma e o derradeiro anúncio que vemos, ao entrar no aeroporto, é o mesmo que se nos apresenta quando descemos, milhares de quilómetros após?... Será que tem razão Boaventura Sousa Santos quando proclama: quanto mais se divulgar o McDonald's e a Pizza Hut, maior importância daremos ao nosso gaspacho? Aliás, não contempla este nosso congresso o saboreio das especialidades gastronómicas deste soberbo Rio Grande do Sul? E porquê? Porquê este renovado interesse por tudo o que nos caracteriza?...

Um dos elementos fundamentais do nosso discurso é a língua (e não sei se também no Brasil houve reacção à anunciada decisão de Sua Santidade o Papa João Paulo II de eliminar o Português do rol das línguas em que fazia habitualmente a saudação dominical do *Angelus* – em Portugal houve).

Pediram-me que falasse do testemunho dos monumentos epigráficos da Lusitânia romana no que concerne à relação entre as fronteiras linguísticas e as fronteiras intelectuais. Na verdade, o idioma constitui não apenas uma manifestação do intelecto mas é, sobretudo, um meio de comunicação que, como tal, implica um emissor e um receptor em sintonia. A comunicação traz conhecimento intelectual e político.

Voltemos, então, um pouco atrás na história da Humanidade. Em toda a terra, havia somente uma língua e empregavam-se as mesmas palavras. E os homens disseram:

«Vamos construir uma cidade e uma torre cuja extremidade atinja os céus. Assim, tornar-nos-emos famosos para evitar que nos dispersemos por toda a face da terra».

E o Senhor disse:

«Eles constituem apenas um povo e falam uma única língua. Se principiaram desta maneira, coisa nenhuma os impedirá, de futuro, de realizarem todos os seus projectos» (Génese, 11).

Trata-se do conhecido episódio bíblico da torre de Babel.

... E o Senhor confundiu-lhes a linguagem! Ou seja, criou-lhes fronteiras linguísticas e, conseqüentemente, fronteiras intelectuais.

Porquê? – perguntar-se-á.

Para castigar um pecado de orgulho – dirão os moralistas.

Porque a «torre» nada mais é do que o símbolo de uma Babilónia, centro político, cultural e económico, que almejava alcançar hegemonia sobre os povos circunvizinhos?

Conclusão: a religião, a política e a economia estão aqui, claramente, de mãos dadas!... E – é curioso! – recentemente duas torres foram destruídas e também aí a religião, a política e a economia estiveram (não há dúvida!) de mãos dadas!... Ou seja, afinal, as fronteiras **culturais** têm muito a ver – têm **tudo** a ver, quiçá! – com as fronteiras **económicas**.

Fronteiras constituirão, pois, uma barreira, uma quebra de sintonia?

Em penedo perdido numa montanha da Lusitânia (Foto 1), lê-se:

PAISICAICOI

HAC FINIS

que significa ‘por aqui passa a fronteira dos Paisicaicos’.



Foto 1

Quem são os Paisicaicos? Não se sabe. Um pequeno povo, que tinha as suas terras e que certamente as reivindicou e, logo nos primórdios da organização territorial romana, com ou sem o consentimento do poder provincial, as manteve e – mais! – quis perpetuar para todo o sempre essa pertença!

E o arqueólogo, o epigrafista, o historiador dão consigo a meditar: «Nada sei dos Paisicaicos! Nenhuma fonte histórica deles ousou falar. O certo é que, para todo o sempre, o seu testemunho aqui ficou. Em latim, note-se!».

Curioso! Criou-se ou manteve-se uma fronteira física, mas, do ponto de vista linguístico, do ponto de vista intelectual, o modo de expressão adoptou um modelo alheio, aboliu a fronteira. Ao político ter-se-á posto a questão: vou manter a fronteira? Vou aniquilá-la? Ou adoptarei, ao invés, uma solução intermédia, pacificadora?

E, neste domínio, os monumentos epigráficos terão desempenhado, ao longo da História, um papel preponderante. Recordar-se-á, por exemplo, quão significativo foi o ultraje feito aos Judeus, quando, em vésperas de Natal de 1990, o sector judaico do cemitério de Carpentras foi vítima da vaga de anti-semitismo que destruiu sepulturas e quebrou epitáfios. Na Moldávia, após a ocupação russa, também as placas dos cemitérios foram violentamente substituídas por outras que ostentassem antropónimo em alfabeto cirílico e não latino. Em Timor Leste também a principal preocupação da Indonésia invasora foi, paulatinamente, ir acabando com a língua portuguesa no quotidiano falado e escrito, para que a integração se tornasse mais eficaz e sem retorno. Em tempo de Romanos, quando, após a morte, alguém se tornava 'maldito', nomeadamente os imperadores, procedia-se por todo o Império à 'condenação

da sua memória' (*damnatio memoriae*), martelando-se o respectivo nome em todos os monumentos epigráficos em que aparecesse (*damnatio nominis*).

E o 'complexo da Torre de Babel' sempre acompanhou o Homem. Daí que o esperanto tenha surgido, um dia, como essa tentativa de reorganização, de reconstrução da 'torre' – mas sem Babel – designadamente quando a globalização, afinal, deixou de ser simples utopia para constituir uma realidade.

Globalizados estamos. Que vamos fazer? Que atitude perante as fronteiras? Aniquilar umas, as económicas, e manter as outras, as culturais, o que verdadeiramente nos distingue! A gastronomia, o folclore, aquilo que... é «very typical indeed»!

Por isso, começou a dar-se um renascimento deveras curioso. Quando estava em obras, o aeroporto de Barcelona ostentava o leiteiro «Sorry for disturbing you we are working for you», mas esta frase, em inglês, era a segunda, porque a primeira «Disculpeu les molèsties treballem per vostè» estava em catalão, e só em terceiro lugar surgia a língua que chamaríamos de 'nacional', o castelhano: «Disculpen las molestias trabajamos para Ud.». Na cosmopolita Bruxelas, todas as placas toponímicas são bilingues, estando em primeiro lugar o francês ou o flamengo dependendo do idioma dominante na área em que nos encontrarmos. Na Irlanda, o topónimo galês aparece sempre em primeiro lugar nas placas das estradas e só depois vem grafado à inglesa. E, nesse domínio, os exemplos poderiam multiplicar-se na actualidade. E cá estamos, de novo, a apercebermo-nos da importância das inscrições em materiais duradouros, da Epigrafia, escrita sobre algo, «epi», por cima, para que se veja e se entenda o explícito e, sobretudo, o implícito, a mensagem latente. Epigrafia que, para usarmos de uma definição de Giancarlo Susini, que eu adaptei para português, nada mais é do que “a ciência que estuda a forma como, em determinado momento, o Homem seleccionou ideias para as transmitir aos vindouros”.

Desculpar-me-á o leitor se me alonguei nestas considerações prévias. É que, na verdade, assim se consciencializará em pleno a problemática da fronteira e da etnicidade e das suas íntimas correlações, idênticas em todos os períodos da História – e, aqui, a fronteira cronológica acaba por desempenhar, de facto, um papel umas vezes secundário, outras vezes determinante.

Na verdade, o bilinguismo de que dei exemplos actuais teve, ao tempo dos Romanos um outro significado que todos bem conhecem. Eu disse 'outro', mas, talvez, outro ele não seja tanto assim. Vejamos:

- Numa inscrição de Díon, cidade da actual província grega da Macedónia, uma grande ara funerária é dedicada a Marcus Domitius Pylilampes, que «vixit annos XXIII»; segue-se a esta informação um longo texto em grego e, no final, a identificação do defunto e a menção da idade é repetida, mas em língua grega. Não admira: estamos na parte oriental do Império, numa zona de fronteira!

- Em Palermo, na Sicília, zona de fronteira igualmente entre o Latim e o Grego, a inscrição que anuncia uma oficina lapidária (CIL X 7296) é bilingue também. Dou apenas a versão latina:

TITVLI
HEIC
ORDINANTVR ET
SCVLPVNTVR
AIDIBVS SACREIS
CVM OPERVM
PVBLICORVM

«Aqui se paginam e se gravam inscrições para edifícios sagrados e também para monumentos públicos».

- Recordar-se-á, finalmente, que a bem conhecida inscrição designada por Res Gestae Divi Augusti, o testamento político do primeiro imperador, bilingue era também, pois se tinha a consciência plena de que o Império detinha duas línguas oficiais.

Isto é: analisar-se-á numa epígrafe um aspecto social, um aspecto económico e, necessariamente, um aspecto político.

Mas... estamos no Rio Grande do Sul. E temos na Comissão Organizadora deste Congresso um Fábio Vergara, uma professora Brauner, uma Margareta Bakos, uma Katia Pozzer, um António Etchevarria, uma Chimene Kuhn... Senhores, que 'mistura' é esta? Não são brasileiros lídimos os membros da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos? É que, na verdade, a palavra exacta agora é bem outra: aculturação! Patente à saciedade na antroponímia que vigora em terras brasileiras. Ora, ocorreria perguntar: cadê as fronteiras linguísticas, cadê as fronteiras intelectuais?

Assim, a onomástica em terras lusitanas, como se verá por dois ou três exemplos escolhidos mais ou menos ao acaso, situados no âmbito da onomástica e da religião, os dois domínios em que a noção de fronteira (psicológica, é certo) se me afigura dominante. Contudo, ao falarmos de fronteiras e etnicidade, de que fronteiras estamos a falar? Das fronteiras políticas – daquelas que os políticos sempre quiseram impor e que o Povo sempre conseguiu abolir? Claro que não!

Vejam, então, uma singela placa funerária achada em meio predominantemente rural, no coração da Lusitânia romana (foto 2). Diz:

EPHEBO • AVITI • LIB

CAESIA • LIB • F F C

EX TEST • S • T • T • L •

Ou, fazendo a sua leitura já interpretada, com desdobramento de siglas e abreviaturas:

EPHEBO • AVITI • LIB(erto)

CAESIA • LIB(erta) • F(ilio) F(aciendum) C(uravit)

EX TEST(amento) • S(it) • T(ibi) • T(erra) • L(evis)•

O que significa:

«A Efebo, libertado de Avito – a liberta Césia para o filho mandou fazer, por testamento. Que a terra te seja leve!».

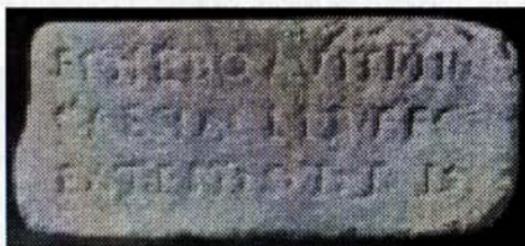


Foto 2

E o que verificamos aqui, neste dealbar do século I da nossa era?

- Ephebus: onomástica grega
- Caesia: onomástica indígena
- Avitus: onomástica latina

Isto é: numa singelíssima placa, a representação de três onomásticas, sendo, por seu turno, completamente latinos o mecanismo da libertação, o mecanismo jurídico e o formulário textual!...

Estoutra placa (foto 3), destinada a figurar num jazigo de família (tem 47 centímetros de altura, 65 de largura e 6 de espessura), reza o seguinte:

P • ANONIVS • QVIRINA
SILO • ANN • LXV • H • S • E
AQVILIA • CAMVLI • F • CARA
ANN
SIBI • ET • VIRO • SVO • F • C
S ♥ V ♥ T ♥ L

O que, desdobrando siglas e abreviaturas, diz:

P(ublius) • ANONIVS • QVIRINA
SILO • ANN(orum) • LXV • H(ic) • S(itus) • E(st)
AQVILIA • CAMVLI • F(ilia) • CARA
ANN(orum)
SIBI • ET • VIRO • SVO • F(aciendum) • C(uravit)
S(it) ♥ V(obis) ♥ T(erra) ♥ L(evis)

E em português:

«Aqui jaz Públio Anónio Silão, da tribo Quirina, de 65 anos. Aquília Cara, filha de Câmulo, de ... anos, para si e para o seu marido mandou fazer. Que a terra vos seja leve!».



Foto 3

Que vemos?

- Um cidadão romano (pois está inscrita numa tribo), mas de fresca data, pois ostenta na sua designação um cognome (*Silo*) de ampla conotação 'indígena';

- a mulher, de onomástica latina, não hesita em manter a filiação à maneira indígena (o nome do pai – *Camulus* – é, aliás, tipicamente lusitano);

- um notável orgulho em assinalar a pertença ao novo estatuto social e político, dado que o nome da tribo vem por extenso, quando o habitual é o uso da abreviatura;

- assinalaríamos, finalmente, que não será ousado o pressuposto de que estamos perante uma família de folgado estatuto económico.

Da onomástica, passemos à religião: os deuses! Que deuses?

Um tosco altar achado bem no Norte da Lusitânia constitui o ex-voto dedicado por *Sulpicius Paternus Bandu Vordeaece*. E, numa localidade mais a sul, *Reburus Tancini*, Reburro de Tangino, cumpre de boa vontade o voto (*votum solvit*) que fizera *Bandi Vorteaeece*. Temos, no primeiro caso, um devoto de onomástica latina; no segundo, o dedicante identifica-se com nomes indígenas e à maneira indígena: um só nome e o patronímico, para se individualizar no grupo, em que decerto outros *Reburri* haveria. Se é de atentar no facto de pessoas com onomástica diferente – a indiciar estatutos ou proveniências étnicas ou culturais diversas – prestarem culto à mesma divindade indígena, também não é de somenos importância verificarmos que a diferente grafia do teónimo tem mais a ver com eventuais dificuldades na transcrição de um nome estranho do que em razões de teor linguístico. Nem, por outro lado, valerá a pena congeminar qual das grafias será a mais correcta ou mais consentânea com o som original.

Trata-se, no fundo, de fronteiras linguísticas que facilmente se tentam eliminar.

Lê-se, num outro altar, da região da *civitas Igaeditanorum*, que *ara(m) posuit Tongius Tongetami f(ilius)*, *Igaedit(anus) miles*, *Trebarune l(ibens) m(erito) v(otum) s(olvit)*, ou seja, que Tângio, filho de Tongetamo, soldado igeditano, pôs este altar, cumprindo, assim, de livre vontade, o voto aos méritos da divindade Trebaruna. No fundo, quer a tipologia do monumento quer todo o formulário utilizado demonstram cabalmente que eventuais fronteiras intelectuais lograram ser abolidas.

Níger, filho de Próculo, um indígena que, embora se identifique à moda local (nome único + patronímico), já usa uma onomástica latina, dedica um altar *Laribus Cerenaecis*, «aos Lares dos Cerenecos» (foto 4). Estamos, pois, perante uma divindade romana que os Cerenecos (de quem nada mais sabemos!...) adoptaram como sua. E o formulário votivo é perfeitamente romano. De quem partiu a iniciativa? – poderá perguntar-se. Dos Romanos ou do indígena – ou dos dois? Certo é, porém, que esta ara tipifica uma lição de tolerância política e religiosa, religiosa e política, de que bem precisados andamos nos tempo que hoje correm...



Foto 4

IOVI OPTVMO / MAXVMO / CIVITAS / COBELCORVM, «a Júpiter Ótimo Máximo – a cidade dos Cobelcos» – lê-se num altar que, tudo a leva a crer, é fundacional, colocado em local estratégico da *civitas*, dedicado, como preito de homenagem, à maneira ritual (foto 5). Pergunta-se então: que fronteiras?...



Foto 5

Pertenceu a *Vicanus Bouti f(ilius)*, um indígena, a iniciativa de consagrar – *sacrum* – um templo ao imperador Augusto, em Alcácer do Sal (*Salacia*). Datado dos anos 4-3 a. C., o bloco arquitectónico (foto 6) em que foi gravada a epígrafe traz todos os títulos imperiais, dando realce, porém, escrevendo-os por extenso, àqueles que detêm ampla conotação religiosa: *Augustus, pontifex maximus, trib(unicia) potestas...* E – o que é ainda mais curioso! – é que uma eventual fórmula final é pura e simplesmente substituída pelo vocábulo *sacrum*. Evidentemente, ‘sagrado’ é o monumento a que o lintel pertence; mas... não o será também *Vicanus* – num testemunho de *devotio* que Robert Étienne considera ser o antepassado directo do culto imperial? De qualquer modo, mais uma vez, a identificação do imperador com todos os requintes da lei, mandada gravar por um indígena que, além do mais, faz questão de à moda indígena se designar.

Já nos referimos a *Trebaruna*. Um altar recém-encontrado na villa romana de Freira foi oferecido *libens animo Triborunni* por *Titus Curiatius Rufinus*, que, pela onomástica, é seguramente um colono ou o descendente directo dos colonos que vieram directamente da Península Itálica para o estuário do Tejo. Considero, pela semelhança, que se trata de mais uma variante ortográfica do mesmo teónimo.



Foto 6

E sirva-nos este exemplo para imaginarmos a situação que amiúde se deve ter colocado aos colonos romanos em todos os locais onde se instalaram. Rufino chegou; viu que a terra era boa para aí se instalar, perto de um arroio de águas cristalinas e permanentes; indagou dos autóctones a quem pertenceria, que divindade seria o génio protector do sítio. Ter-lhe-ão respondido, após larga troca de gestos, algo que lhe soou como *Triborunnis* – e isso mandou escrever na pedra que, antes de ousar rasgar o ventre fecundo da terra, lhe quisera dedicar, para a tornar propícia. O seu gesto aboliria as fronteiras, dava-lhe salvo-conduto.

Na tarde desse dia, o Sol voltou a pôr-se. Mas o ex-voto estava começado; *Triborunnis* apaziguada e... *Rufinus* pôde dormir tranquilo: cumprira o ritual!

No fundo, as fronteiras haviam deixado de existir!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Academia das Ciências de Berlim.
- DIAS, Maria Manuela Alves. Da latinização onomástica à romanização onomástica no processo de aculturação dos Igaeditani. In: *Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae* (quas edidit José L. MELENA), Vitória, 1985, p. 557-565.
- ÉTIENNE, Robert; FABRE, Georges; LE ROUX, Patrick & TRANOY, Alain. Les dimensions sociales de la romanisation dans la Péninsule Ibérique des origines à la fin de l'Empire. In: *Assimilation et Résistance à la Culture*

- Gréco-Romaine dans le Monde Romain* (Travaux du VI^e Congrès International d'Études Classiques, Madrid, 1974), Bucarest-Paris, 1976.
- ENCARNAÇÃO, José d'. *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975.
- _____. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- _____. Indigenismo e romanização na Lusitânia. In: *Biblos* 62 1986 451-464.
- _____. Culto e sociedade na Salácia romana. In: *Religio Deorum* (Actas del Coloquio Internacional de Epigrafia: Culto y Sociedad en Occidente - Tarragona, 6-8.10.1988), Sabadell, sem data [1992], p. 161-169.
- _____. Epigrafia e território. In: *Espacio, Tiempo y Forma* (Madrid), série II 10 1997 79-89.
- _____. *Estudos sobre Epigrafia*. Coimbra, 1998.
- _____. Os indígenas na epigrafia da Beira Interior. In: *Beira Interior – História e Património* (Actas), Guarda, 2000, p. 151-158.
- _____. Teonímia da Lusitânia romana In: F. Villar et M. P. Fernández (eds.), *Religión, Lengua y Cultura Prerromanas de Hispania*, Salamanca, 2001, p. 363-372.
- _____. Des nouveaux textes, les directions nouvelles de la recherche épigraphique en Lusitanie romaine. In: *Varia Epigraphica* (Atti del Colloquio Internazionale di Epigrafia, Bertinoro, 2000), Faenza, 2001, p. 237-248.
- FERREIRA, Ana Paula Ramos. *Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior: Inovação ou Continuidade?* [Trabalhos de Arqueologia 34], Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004.
- FRADE, Helena. Ara a Júpiter da *civitas Cobelcorum*. In: *Ficheiro Epigráfico*, 58, 1998, n^o 266.
- RIBEIRO, José Cardim [coord.]. *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002.
- SUSINI, Giancarlo. *Epigrafia Romana*. Jouvence, Roma, 1982.
- _____. *Epigraphica Dilapidata*. Fratelli Lega Editori, Faenza, 1997.

* * *

Abstract:

Les monuments épigraphiques romains da la Lusitanie, si les votifs que les funéraires, traduisent, par l'onomastique et par les noms attribués aux divinités, qu'il y a eu, dès le début, une tendance des deux côtés (les indigènes et les colons) de franchir les frontières linguistiques et, conséquemment, les frontières intellectuelles. Cette abolition n'a pas signifié, cependant, une perte d'identité.

Key-words: Roman Lusitania; Epigraphy; Acculturation.